O sociólogo Simon Schwartzman, professor em Haward, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acaba de lançar o livro "As Causas da Pobreza", pela Fundação Getúlio Vargas. Nesta entrevista ele fala um pouco do seu conhecimento sobre a conjuntura das desigualdades no Brasil.

Cidadania - Como medir a carência em um país de tantos contrastes?

Schwartzman - Sabemos que o Brasil é um país de grandes desigualdades e contrastes. Existem situações diferentes de carência, que afetam, por exemplo, as crianças, os velhos, as mulheres, o pessoal do campo, e o pessoal das favelas. Não é possível ter uma medida única para todas estas situações, assim como não é possível ter uma política social única para todos.

Cidadania - Sabendo do impacto do salário mínimo nos centros urbanos e no interior do Brasil, como definir a pobreza?

Schwartzman - Pode-se definir a pobreza de diversas maneiras. Existe a pobreza absoluta, das pessoas que não têm o que comer. Existe a pobreza relativa, das pessoas que não atingem um determinado padrão de vida consideradominimamente aceitável pela sociedade. O salário mínimo brasileiro não é estabelecido por nenhum destes dois critérios, mas, sobretudo, pela possibilidade de pagamento dos benefícios da previdência social brasileira.

Cidadania - Para fins de pagamento de benefícios, o Ministério do Desenvolvimento Social acata uma legislação que confere o benefício à aquele idoso ou portador de deficiência que comprove renda per capita de até ¼ do salário mínimo. O que pensa?

Schwartzman - É uma política correta, em princípio, porque concentra os benefícios naquelas pessoas que precisam mais. Como os recursos são limitados, não é possível colocar um limite muito alto para isto.

Cidadania - O Governo está lançando o projeto Universidade para Todos. Isso remete a algumas perguntas: O valor da carência em um salário mínimo e meio é justo ou restritivo? Como garantir vagas na Universidade se o setor público não apresenta uma educação básica que permita o acesso?

Schwartzman - Nenhum país no mundo tem "universidade para todos". Nos países em que existem mais estudantes de nível superior, como, por exemplo, nos Estados Unidos, a grande maioria não freqüenta universidades propriamente ditas, mas "colleges" e outras instituições de formação técnica, ou de formação geral básica. Além de resolver os problemas gravíssimos que temos hoje na educação básica, nosso ensino superior público precisa passar por importantes reformas, tanto para poder receber mais gente como para nao perder qualidade. E o governo precisa ainda definir uma política adequada para o setor privado, que hoje absorve cerca de 70% da matrícula.

De qualquer maneira, uma política que apoie estudantes sem recursos, mas, que tenham condições de estudar são sempre benvindas. O limite é baixo, mas, como os recursos são limitados, é melhor isto do que nada.

Cidadania - Muitas teses são elaboradas para a diminuição das desigualdades. Parte vem da CEPAL que, falando limitadamente, propõe retirar do rico e dar aos pobres, outras propõem o crescimento linear, porque vai respingar nos pobres, e ainda outros propõem crescimento com distribuição de renda. Qual o modelo ideal e como fazer?

Schwartzman - É claro que o ideal é o desenvolvimento com distribuição de renda. Como fazer é que são elas, mas, com a economia se recuperando, é possível investir mais em educação, favorecendo mais produtividade e melhores salários. É possível também melhorar a distribuição de renda reformando a legislação trabalhista, para reduzir a informalidade, e criando incentivos para microempreendimentos, microcrédito, etc.

Cidadania - Dentre as prioridades: assistência social, educação e saúde, qual é a ordem de maior importância para a situação brasileira atual?

Schwartzman - Toda são prioritárias. Saúde e assistência para populações em situação de carência extrema são necessidades urgentes, que não podem esperar. Sem educação de qualidade, não há como ir adiante na solução dos problemas de pobreza e desemprego. O governo tem que garantir recursos para estas três áreas, tirando se necessário de outras.

Cidadania - É consenso que a carga tributária incide mais sobre os mais pobres. Como reverter essa situação?

Schwartzman - Não sou especialista nisto, mas é razoável imaginar que seria importante reduzir a evasão tributária, o que diminuiria o imposto que cada um deve pagar; reduzir os impostos sobre o trabalho e o consumo de bens de uso essencial da população, transferindo-os, na medida do possível, para o lucro.

Cidadania - Em uma projeção, quanto tempo o Sr. imagina deveria ser suficiente para que mudanças reais ocorressem no país, em relação ao combate à pobreza?

Schwartzman - É possível e necessário começar já, ainda que vá levar muito tempo para que maiores efeitos se façam sentir.

Cidadania - Se estivesse operando no Governo, com o quadro atual, quais ações julgaria necessárias para o enfrentamento dos problemas sociais?

Schwartzman - As prioridades são retomar o crescimento econômico, para criar empregos; simplificar e reformar a legislação trabalhista, para reduzir a informalidade; melhorar a qualidade da educação básica; e manter políticas de renda mínima para as pessoas em condições extremas de pobreza, que não podem esperar. O atual governo tem clareza sobre estas prioridades, da mesma forma que o governo anterior. Infelizmente, não basta a vontade, é necessário ter as condições para fazer estas coisas, e o diagnóstico correto da situação.

As Causas da Pobreza

Simon Schwartzman escreveu um livro referenciando a grande transformação na agenda de prioridades ocorrida no Brasil nos últimos anos. Até muito recentemente, as prioridades eram o desenvolvimento econômico, a modernização do Estado, a participação política, a democracia e a mobilidade social. Hoje, os temas dominantes são a pobreza e a exclusão.

Não é que estes temas já não estivessem presentes; mas eles eram entendidos como decorrências dos problemas econômicos e políticos, que seriam resolvidos na medida em que estes problemas fossem sendo equacionados. Hoje, o tema da pobreza aparece no primeiro plano, exigindo atenção imediata e direta, e definindo o foco a partir do qual as demais questões são vistas e tratadas. É possível pensar na eleição de Lula como a manifestação mais marcante desta mudança, que afeta também a maneira pela qual o governo trata de estabelecer suas prioridades, dentre as necessidades da racionalidade econômica e a urgência das políticas sociais.

Pobreza e exclusão social não são conceitos que surgem naturalmente, como direitos humanos inquestionáveis, a partir da consciência moral das pessoas. Eles são construídos historicamente, elaborados e processados pelas agências estatísticas e pelos cientistas sociais, e transformados em palavras de ordem de partidos políticos e movimentos sociais. Na passagem da consciência moral para o mundo prático da política e da ação, os direitos humanos se transformam, adquirem vida própria, e suas origens se obscurecem, prejudicando muitas vezes os próprios objetivos que se quer alcançar.

De onde vem esta nova visão dos direitos humanos? Como se poderia pensar a agenda social para o Brasil, de forma mais ampla? Que sabemos sobre raça, trabalho infantil e educação? Como implementar a agenda dos direitos, sem se esquecer da agenda dos processos e instrumentos? Sobre estas perguntas é que o professor Simom desenvolve uma oportuna análise das causas da pobreza no Brasil.